



Dezembro/2014

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Concurso Público para provimento de cargos de Analista Judiciário Área Judiciária e Administrativa

Nome do Candidato

Caderno de Prova '01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 8 referem-se ao seguinte texto:

O meu e o outro lugar

Há lugares da nossa casa em que nos sentimos melhor ou pior que em outros: na ponta da mesa, junto a uma janela, no canto da sala ou perto da porta atua algum especial elemento de atração que nos faz sentir ali, e só exatamente ali, perfeitamente "em casa". Não faltarão razões para isso, que a psicanálise, a sociologia ou talvez a astrologia possam explicar; mas quero aqui me ocupar com a projeção contrária dessa sensação. Sentir-se no exílio é, genericamente, estar fora do seu lugar. O exilado é, em princípio, um ser punido, condenado a distanciar-se de seu espaço próprio, ou desejado.

*Li outro dia umas linhas muito sábias a respeito da relação que mantemos com o que julgamos o **nosso** lugar. São as palavras de um monge do século XII, da Saxônia, chamado Hugo de Saint Victor:*

"O homem que acha doce seu torrão natal ainda é um iniciante fraco; aquele para quem todo solo é sua terra natal já é forte; mas perfeito é aquele para quem o mundo inteiro é uma terra estrangeira. A alma frágil fixou seu amor em um ponto do mundo; o homem forte estendeu seu amor para todos os lugares; o homem perfeito extinguiu sua dependência em relação aos lugares."

*O monge considera aqui a superioridade de quem **não** tem um lugar que lhe seja próprio. Ou seja: ele fala de alguém que, humildemente, não julga que seja seu qualquer lugar do mundo; todos os lugares lhe impõem o respeito do desconhecido. Tratando-se de um monge, é possível suspeitar que o único espaço que ele julga de fato pertencer a alguém é o espaço interior da pessoa, o lugar onde o espírito se encontra com Deus, o centro da alma e da individualidade. Não deixa de ser instigante acreditar que somos todos estrangeiros neste mundo, e o único lugar que nos é próprio é o que podemos carregar dentro de nós. A meditação mais profunda se constituiria, assim, como o nosso território pessoal.*

(Sabino Junqueira, inédito)

1. Ao admitir que *há lugares em nossa casa em que nos sentimos melhor ou pior que em outros*, o autor do texto
- (A) reconhece que o fato se explica de modo inquestionável quando recorremos às ciências que estudam as nossas sensações.
 - (B) admite também que esses lugares e essas sensações jamais se fixam, uma vez que aqueles e estas variam o tempo todo.
 - (C) considera a vantagem de estar fora de casa, sendo gratificante a nostalgia de se sentir longe do espaço familiar.
 - (D) aceita o fato de que há algum nexo especial entre sensações específicas e determinados lugares que ocupamos.
 - (E) explica o fenômeno pelo fato de em nossa casa estarmos mais sujeitos a variações de humor do que em lugares estranhos.

2. Atente para as seguintes afirmações do monge Hugo de Saint Victor, citado no texto:
- I. A perfeição de um homem se mostra não na sua relação afetiva com o torrão natal, mas no apreço a qualquer lugar em que esteja.
 - II. Um homem demonstra grande fraqueza quando pretende eleger como pátria sua um país diferente do seu.
 - III. Demonstra superioridade o homem que não estabelece relação de familiaridade e dependência com qualquer lugar do mundo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) III.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I.

3. No último parágrafo do texto,

- (A) a expressão *ou seja* indica que o monge não tinha plena convicção do que estava enunciando.
- (B) a expressão *tratando-se de um monge* torna uma verdade absoluta o que se vai afirmar.
- (C) o segmento *Não deixa de ser instigante* coloca uma sombra de dúvida sobre o que se vai afirmar.
- (D) o segmento *é possível suspeitar* anuncia uma inferência dada como aceitável.
- (E) o segmento *que nos é próprio* refere-se ao lugar estrangeiro ao qual nos adaptamos com prazer.

4. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:

- (A) *especial elemento de atração* (1º parágrafo) = extraordinário polo de tensão.
- (B) *projeção contrária dessa sensação* (1º parágrafo) = inverso irreal da emoção.
- (C) *extinguiu sua dependência* (3º parágrafo) = protelou sua subordinação.
- (D) *o respeito do desconhecido* (4º parágrafo) = à consideração do estranho.
- (E) *um lugar que lhe seja próprio* (4º parágrafo) = um espaço de pertencimento.

5. O verbo entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado na frase:

- (A) As linhas em que o autor viu sabedoria, penso eu, de fato a (**exibir**).
- (B) As razões a que ele (**recorrer**) para se sentar ali não convencem ninguém.
- (C) Entre os muitos lugares que (**haver**) na sala, prefiro o canto junto à janela.
- (D) Quem já morou em vários países nem sempre (**alimentar**) alguma predileção.
- (E) Aos monges medievais sempre (**competir**) meditar com grande profundidade.



6. O fato de estar **mal estruturada** leva à necessidade de se **corrigir** a redação da seguinte frase:

- (A) Sempre haverá quem julgue incomparável o seu torrão natal, assim como há quem gostaria de eleger como seu um país estrangeiro.
- (B) Muita gente lamenta não ter nascido em outro país, ao passo que muitos não trocariam nem pelo Paraíso a sua terra natal.
- (C) O ponto de vista do monge medieval, embora pareça inteiramente excêntrico, poucas pessoas compartilhariam tal convicção.
- (D) O nacionalismo é, via de regra, considerado uma virtude, mas há quem veja nele um sentimento menor, pelas restrições que implica.
- (E) As palavras do monge da Saxônia impressionam muito, de fato, até porque vão de encontro a convicções que fazem parte do senso comum.

7. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Li outro dia umas linhas muito sábias*, a forma verbal resultante será

- (A) foram lidas.
- (B) estive lendo.
- (C) tinha lido.
- (D) tinham sido lidas.
- (E) teria lido.

8. A expressão **de que** preenche corretamente a lacuna da seguinte frase:

- (A) Há lugares em nossa casa nos ensejam uma sensação maior de familiaridade.
- (B) O homem que não consegue afastar-se da terra lhe serviu de berço é, em princípio, um fraco.
- (C) É como se houvesse naquele cantinho da sala um apelo não conseguimos nos esquivar.
- (D) O monge medieval o autor do texto alude demonstra grande sabedoria ao avaliar os homens fortes e os fracos.
- (E) A interpretação o autor do texto dá às palavras do monge pode e merece ser discutida.

Atenção: As questões de números 9 a 15 referem-se ao texto que segue.

A literatura de cordel, hoje

No Brasil, literatura de cordel designa a literatura popular produzida em versos. A expressão se deve ao fato de que os folhetos eram comumente vendidos em feiras, pendurados em cordéis. Nota-se, hoje em dia, uma crescente visibilidade dessa literatura tradicional. Editoras e poetas trabalham intensamente para divulgar os folhetos, professores realizam experiências em sala de aula, pesquisas são realizadas no âmbito acadêmico, muitas delas são apresentadas como teses universitárias. Esse dinamismo pode ser ainda observado na publicação de antologias de folhetos por grandes editoras, ou na edição em livro de obras de escritores populares, e sobretudo no aparecimento de inúmeros poetas e poetisas em diferentes pontos do país.

Todo esse dinamismo precisa ser analisado com cuidado. Fala-se muito na presença da literatura de cordel na escola, várias intervenções vêm sendo realizadas sobretudo em estados do Nordeste. Abrir as portas da escola para o conhecimento da literatura de cordel em particular, ou mesmo da literatura popular em geral, é uma conquista da maior importância. Porém, há que se pensar de que modo efetivar esse processo tendo em vista a melhor contribuição possível para a formação dos alunos.

A literatura de cordel deve ter, sim, um espaço na escola, nos níveis fundamental e médio, levando-se sempre em conta, porém, as especificidades desse tipo de produção artística. Considerá-la tão somente como uma ferramenta ocasional, utilizada para a assimilação de conteúdos disseminados nas mais variadas disciplinas (história, geografia, matemática, língua portuguesa) não parece uma atitude que contribua para uma significativa experiência da leitura dos folhetos. Há que respeitá-los e admirá-los sobretudo pelo que já são: testemunhos do mundo imaginário a que se dedicaram talentosos escritores de extração popular.

(Adaptado de: MARINHO, Ana Cristina e PINHEIRO, Hélder. **O cordel no cotidiano escolar**. São Paulo: Cortez, 2012)

9. As três primeiras afirmativas do texto constituem, respectivamente, uma
- (A) exemplificação, uma conclusão e uma definição.
 - (B) inferência, uma hipótese e uma exemplificação.
 - (C) constatação, uma definição e uma hipótese.
 - (D) constatação, uma hipótese e um esclarecimento.
 - (E) definição, um esclarecimento e uma constatação.

10. Considere as seguintes afirmações:

- I. No 1º parágrafo, a expressão *esse dinamismo* refere-se ao fato de que a literatura de cordel passou a despertar o interesse das camadas mais populares dos leitores.
- II. No 2º parágrafo, a expressão *porém* sinaliza uma advertência para o modo pelo qual se deve introduzir nas escolas o conhecimento da literatura de cordel.
- III. No 3º parágrafo, diz-se que a valorização positiva da literatura de cordel deve se dar quando ela constituir um elemento subsidiário para a compreensão de outras áreas do ensino.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I e II.



11. No contexto, o sentido do segmento *Considerá-la tão somente como ferramenta ocasional* (3º parágrafo) está corretamente traduzido nesta nova redação:
- (A) Dotá-la apenas de atributos essenciais.
(B) Percebê-la no mínimo como aparelho auxiliar.
(C) Atribuir-lhe apenas a função restauradora.
(D) Tomá-la simplesmente como um auxílio eventual.
(E) Usá-la sistematicamente como um subterfúgio.
12. *Porém, há que se pensar de que modo efetivar esse processo tendo em vista a melhor contribuição possível para a formação dos alunos.*
- Na frase acima, os elementos sublinhados têm, respectivamente, o sentido de
- (A) Ainda assim / afim
(B) Por conseguinte / por conta de
(C) Entretanto / objetivando
(D) Ou melhor / apesar de
(E) Aliás / retificando
13. As normas de concordância verbal acham-se plenamente respeitadas na construção da seguinte frase:
- (A) Cabem às editoras zelar pela boa qualidade da literatura de cordel cuja publicação foi assumida.
(B) Não se privem os leitores de usufruir belas edições que perenizam em livro os grandes autores de cordel.
(C) Quanto às edições de literatura de cordel, não se tratam apenas de produzir bons livros, mas de saber trabalhar com eles.
(D) O fato de haverem muitos poemas de cordel não significa que a maioria dos brasileiros tenham dado por sua real importância.
(E) A um grande número de leitores interessam que os folhetos de cordel sejam dignamente publicados em livro.
14. Considere as seguintes frases:
- I. Ele ama os poemas de cordel, com que teve contato desde pequeno.
II. Respeito os autores de cordel, que normalmente não se preocupam com o grande mercado.
III. Ainda ontem de manhã, passei horas examinando os folhetos expostos na feira.
- A supressão da vírgula ALTERA o sentido do que está APENAS em
- (A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) I.
(E) II.
15. Os segmentos I e II constituem, respectivamente, uma CAUSA e seu EFEITO em:
- (A) I. Literatura de cordel designa a literatura popular
II. produzida em versos.
(B) I. Muitos professores realizam experiências
II. em sala de aula.
(C) I. Editoras e poetas divulgam o cordel,
II. ampliando seu interesse junto ao público.
(D) I. Muita gente passou a admirar o cordel
II. quando teve a oportunidade de conhecê-lo melhor.
(E) I. Para que o cordel seja bem acolhido,
II. é necessário ensejar um maior contato entre os poetas e o público.
- Atenção:** As questões de números 16 a 20 referem-se ao texto que segue.
- Não me confunda!**
- Você sabe com quem está falando? Tem certeza? Então veja: Em Manaus, um livreiro soube que eu estava na cidade e fez questão de que eu fosse conhecer a casa. Com mil rapapés, rebocou-me até o fundo da livraria, onde me esperava um enfarpelado* grupo de senhores e senhoras, e, solenizado, apresentou: “Temos a honra de acolher entre nós o grande Nelson Werneck Sodré!”. Agradecei a homenagem, a rigor póstuma, pois fazia anos que o crítico e historiador marxista – remoto parente com quem jamais troquei palavra – estava morto. Instalou-se na roda um suarento, viscoso, amazônico mal-estar, que me esforcei por desfazer com umas graçolas desenxabidas e a informação de que, embora não chegasse aos pés do primo Nelson (ou aos coturnos, já que ele foi também general), eu tinha lá os meus livrinhos. O anfitrião, que não via como me ressarcir daquele mico, apanhou a deixa: correu ao computador e, num alegrão desproporcional ao achado, anunciou que tinha livros meus. Foi também como compensação, ninguém duvidaria, que os circunstantes arremataram todos os exemplares. Graças ao finado homem de letras & armas, esgotei em Manaus.*
- * **enfarpelado** = muito bem vestido; emperquitado.
- (WERNECK, Humberto. **Esse inferno vai acabar**. Porto Alegre. Arquipélago, 2011, p. 131)
16. A confusão provocada pelos sobrenomes de escritores acarretou uma
- (A) cena constrangedora, gerada pela ganância do dono da livraria, da qual todos saíram sentindo-se prejudicados.
(B) situação patética, nascida da confusão do livreiro, que confundiu um cidadão comum e simplório com um crítico de renome.
(C) cerimônia pouco honrosa, na qual se frustrou a pretendida homenagem ao grande escritor Humberto Werneck.
(D) cena divertida, nascida da negligência do livreiro, único presente a ignorar a real identidade do escritor convidado.
(E) situação embaraçosa, criada pelo desavisado livreiro, para a qual se acabou encontrando um bom arremate.



17. Está INCORRETA a seguinte afirmação sobre o texto:

- (A) O *finado homem de letras & armas* a que se refere o autor era um remoto primo seu, com quem jamais conversara.
- (B) A formalidade da reunião na livraria está indicada por termos como *rapapés*, *solenizado* e *enfarpelado*.
- (C) O fato de o cronista ser um escritor publicado possibilitou uma honrosa saída para a constrangedora situação.
- (D) A presença de espírito do cronista impediu que qualquer constrangimento se instalasse em meio ao grupo de convidados.
- (E) A confusão com um crítico e historiador admirado acabou, por conta de uma inadvertência, beneficiando o cronista.

18. O anfitrião, que não via como me ressarcir daquele mico, apanhou a deixa.

O sentido e a correção da frase acima estão preservados nesta outra redação:

- (A) O anfitrião apanhou a deixa do ressarcimento que esperava vir de mim.
- (B) Ao apanhar a deixa, vi como me ressarcir daquele mico que ele causara.
- (C) Para me ressarcir daquele mico do anfitrião, apanhei uma deixa.
- (D) Ao ver que não bastava me ressarcir daquele mico, o anfitrião apanhou a deixa.
- (E) Não sabendo como iria me ressarcir daquele mico, o anfitrião se valeu da deixa.

19. Todas as formas verbais estão corretamente flexionadas na frase:

- (A) Os convidados se constrangeram mas não se indispueram com o livreiro, que não se advertira da confusão entre os sobrenomes.
- (B) O cronista entreviu na situação, amainando o constrangimento ao lembrar que também ele era um autor publicado.
- (C) Inocentemente, o livreiro se propora a fazer uma homenagem a um autor que há muitos anos já falecera.
- (D) Se não lhe visse o cronista em seu socorro, com a oportuna deixa, o livreiro ficaria definitivamente em maus lençóis.
- (E) O cronista reaveu o controle da situação, livrando a todos de um embaraço que ameaçava prolongar-se.

20. Estão inteiramente corretos o emprego e a grafia de todas as palavras em:

- (A) Um mau entendido ocasionou um mico que só não foi maior por que o cronista salvou a situação.
- (B) O porquê da confusão não chegou a ser discutido, e o mal foi contornado pela iniciativa do cronista.
- (C) Em vez de demonstrar mal humor, por que fora tomado por outra pessoa, o cronista salvou a situação.
- (D) O livreiro se deu mau em sua homenagem porquê não apurou corretamente a identidade do cronista.
- (E) O mau já estava feito, e só não prosperou por que o cronista soube como contorná-lo.

Raciocínio Lógico-Matemático

21. Em um país, todos os habitantes são filiados a um partido político, sendo que um mesmo habitante não pode ser filiado a dois partidos diferentes. Sabe-se ainda que todo habitante filiado ao partido X é engenheiro e que cada habitante tem uma única profissão. Paulo é um engenheiro e Carla é uma médica, ambos habitantes desse país. Apenas com essas informações, é correto concluir que, necessariamente,

- (A) Paulo é filiado ao partido X.
- (B) Carla não é filiada ao partido X.
- (C) Carla é filiada ao partido X.
- (D) Paulo não é filiado ao partido X.
- (E) Paulo e Carla são filiados a partidos diferentes.

22. A eleição de representante de classe de uma turma teve apenas três candidatos: Bia, Pedro e Marcelo. Todos os 40 alunos da turma votaram, sempre em um único dos três candidatos. Se Bia foi a vencedora da eleição, então ela recebeu, no mínimo,

- (A) 13 votos.
- (B) 20 votos.
- (C) 19 votos.
- (D) 14 votos.
- (E) 21 votos.

23. Ricardo nasceu em 2001 e, exatamente 53 semanas depois de seu nascimento nasceu Gabriela, sua irmã. Se Gabriela nasceu em 2003, então ela faz aniversário no mês de

- (A) junho.
- (B) fevereiro.
- (C) janeiro.
- (D) novembro.
- (E) dezembro.

24. Considere a seguinte declaração, feita por um analista político fictício: "se o partido P conseguir eleger Senador no Estado F ou no Estado G, então terá a maioria no Senado". A partir da declaração do analista, é correto concluir que, necessariamente, se o partido P

- (A) não tiver a maioria no Senado, então não terá conseguido eleger o senador no Estado G.
- (B) tiver a maioria no Senado, então terá conseguido eleger o senador no Estado G.
- (C) tiver a maioria no Senado, então terá conseguido eleger o senador no Estado F.
- (D) não conseguiu eleger o senador no Estado F, então não terá a maioria no Senado.
- (E) não conseguiu eleger o senador no Estado G, então não terá a maioria no Senado.



25. Um torneio de futebol foi disputado por dez times, entre eles Grêmio, Bahia, Cruzeiro, Avaí e Goiás. Veja o que declararam quatro analistas esportivos antes do início do torneio.

Analista 1: o Grêmio montou um excelente time e será o campeão.

Analista 2: o Bahia não será o campeão, pois tem enfrentado muitas dificuldades.

Analista 3: o Cruzeiro tem um time muito forte e, por isso, será o campeão.

Analista 4: como o Avaí não tem um bom elenco, não será o campeão.

Sabendo que apenas um dos quatro analistas acertou a previsão, é correto concluir que, necessariamente, o campeão do torneio foi o

- (A) Goiás.
- (B) Bahia ou o Avaí.
- (C) Grêmio ou o Bahia.
- (D) Cruzeiro ou o Avaí.
- (E) Grêmio ou o Cruzeiro.

26. Durante um jogo, Clara lançou um dado comum, numerado de 1 a 6, seis vezes consecutivas. Em nenhuma delas, obteve o número 1 nem o número 5, tendo obtido todos os demais números no mínimo uma e, no máximo, duas vezes. Se Clara somar os números obtidos nos seis lançamentos, chegará a um resultado que pode ser, no máximo,

- (A) 27.
- (B) 28.
- (C) 26.
- (D) 24.
- (E) 25.

27. Bruno criou um código secreto para se comunicar por escrito com seus amigos. A tabela mostra algumas palavras traduzidas para esse código.

Palavra	Tradução no código de Bruno
POTE	QNUD
TERRA	UDSQB
CERA	DDSZ
FOGUEIRA	GNHTFHSZ

A palavra MEL, no código de Bruno, seria traduzida como

- (A) LDK.
- (B) NFM.
- (C) LFK.
- (D) NDM.
- (E) OGN.

28. Um dos setores de um estádio possui 600 cadeiras, divididas em dez filas de 60 cadeiras cada uma. A numeração das cadeiras é feita da esquerda para a direita nas filas ímpares e da direita para a esquerda nas filas pares, como indicado na figura.

...	...					
Fila 4	...			182	181	
Fila 3	121	122	...	179	180	
Fila 2	120	119	...	62	61	
Fila 1	1	2	3	...	59	60

CADEIRAS

O número da cadeira que fica imediatamente atrás da cadeira 432 é

- (A) 454.
- (B) 456.
- (C) 493.
- (D) 531.
- (E) 529.

29. No Brasil, o voto é obrigatório apenas para os brasileiros alfabetizados que têm de 18 a 70 anos. De acordo com essa informação, se Luíza é uma brasileira que não é obrigada a votar, então, necessariamente, Luíza

- (A) é analfabeta e tem menos de 18 anos ou mais de 70.
- (B) é analfabeta ou tem menos de 18 anos ou mais de 70.
- (C) não é analfabeta, mas tem menos de 18 anos.
- (D) é analfabeta, mas pode ter de 18 a 70 anos.
- (E) tem mais de 70 anos, mas pode não ser analfabeta.

30. Usando exatamente 27 peças idênticas de um jogo de montar, Lucas construiu o cubo da figura 1. Mais tarde, acrescentando ao cubo original as peças escuras, também idênticas, Lucas formou um cubo maior, mostrado na figura 2.

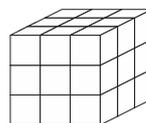


Figura 1

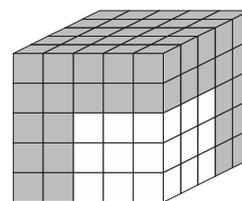


Figura 2

O total de peças escuras que Lucas acrescentou ao cubo original é igual a

- (A) 98.
- (B) 60.
- (C) 76.
- (D) 84.
- (E) 42.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

31. Considerados os princípios fundamentais da Constituição Federal, a "prevalência dos direitos humanos" e a "igualdade entre os Estados" são dois dentre os
- (A) princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- (B) fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (C) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (D) entes federados que formam a República Federativa do Brasil.
- (E) elementos dos Poderes próprios aos entes federados brasileiros.
-
32. Pode propor ação direta de inconstitucionalidade, perante o Supremo Tribunal Federal, o
- (A) Advogado-Geral da União.
- (B) Procurador-Geral de Estado.
- (C) Presidente da Câmara dos Deputados.
- (D) Prefeito de município com mais de quinhentos mil habitantes.
- (E) partido político com suplente no exercício do mandato de Senador.
-
33. Lei ou ato normativo municipal pode ser objeto de
- (A) ação direta de inconstitucionalidade ajuizada, em face da Constituição da República, perante o Supremo Tribunal Federal.
- (B) arguição de descumprimento de preceito fundamental ajuizada, em face da Constituição da República, perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) ação declaratória de constitucionalidade ajuizada, em face da Constituição da República, perante o Supremo Tribunal Federal.
- (D) ação direta de inconstitucionalidade ajuizada, em face da Constituição da República, perante o Tribunal de Justiça.
- (E) ação declaratória de constitucionalidade ajuizada, em face da Constituição da República, perante o Tribunal de Justiça.
-
34. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal NÃO se reúnem em sessão conjunta para
- (A) inaugurar a sessão legislativa.
- (B) elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas.
- (C) apreciar medidas provisórias.
- (D) conhecer do veto e sobre ele deliberar.
- (E) receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República.

35. O julgamento de Prefeitos nos crimes de competência da Justiça Federal comum compete
- (A) ao Pleno do respectivo Tribunal de Justiça, necessariamente.
- (B) ao Pleno, ao órgão especial ou a órgão fracionário do respectivo Tribunal de Justiça, conforme dispuser o Regimento Interno da Corte.
- (C) ao Pleno do respectivo Tribunal Regional Federal, necessariamente.
- (D) ao Pleno, ao órgão especial ou a órgão fracionário do respectivo Tribunal Regional Federal, conforme dispuser o Regimento Interno da Corte.
- (E) à Justiça Federal de primeira instância.

Direito Administrativo

36. Sabe-se que a Administração pública está sujeita a princípios expressos e implícitos, cuja inobservância acarreta consequências em diferentes esferas e graus de extensão. Sobre o impacto dos princípios na validade dos atos jurídicos, é correto afirmar que
- (A) a inobservância dos princípios que regem a Administração não pode acarretar a invalidação ou a revogação dos atos administrativos, salvo se também tiver havido descumprimento de regra legal.
- (B) somente a Administração pública está autorizada a anular seus atos com fundamento em inobservância de princípios.
- (C) o poder de tutela exercido pela Administração pública sobre seus próprios atos somente autoriza a revogação com fundamento em descumprimento de princípios, vedada a anulação.
- (D) o poder de tutela exercido pelo Judiciário pode acarretar a revogação de atos essencialmente discricionários, ainda que o fundamento seja exclusivamente o descumprimento de princípios.
- (E) o controle exercido pelo Poder Judiciário sobre a atuação da Administração pública pode ensejar anulação ou desfazimento de atos administrativos com fundamento no descumprimento de princípios.
-
37. Determinado Município pretende contratar a prestação de serviço de transporte público urbano, uma vez que inexistem condições para a prestação direta pelo ente público. Dentre as alternativas juridicamente possíveis ao Município, este
- (A) poderá contratar uma delegação de serviço público, por meio da qual transferirá ao particular a titularidade e a execução do transporte público urbano.
- (B) poderá contratar uma concessão de serviço público, para execução por conta e risco do contratado, reservada a titularidade do serviço público ao ente federado.
- (C) não poderá contratar com o particular a execução de serviço público dessa natureza, em razão de sua essencialidade, salvo se houver prévia autorização do Tribunal de Contas Municipal.
- (D) deverá contratar uma permissão de serviço público, contrato que transferirá ao particular a titularidade ou execução do serviço de transporte municipal por sua conta e risco.
- (E) somente poderá contratar a execução do serviço por particular se ficar comprovado que inexistem outro ente público capaz de absorver a competência municipal.



	Direito Civil
<p>38. Paulo é servidor público e ordenador de despesas de determinado órgão da Administração pública direta. Responsável pelas licitações do órgão, entendeu por bem iniciar procedimento de pregão para aquisição de suprimentos de escritório. Não obstante orientação superior, considerada regular e válida, que determinou o sigilo do orçamento da Administração, Paulo acabou alterando o valor de referência a pedido de um conhecido fornecedor, no intuito de garantir a qualidade dos produtos a serem adquiridos. De acordo com o ordenamento jurídico em vigor, Paulo</p> <p>(A) será responsabilizado na esfera administrativo-disciplinar, que não poderá ser cumulada com o apenamento por improbidade em razão de sua condição de servidor público.</p> <p>(B) poderá ser responsabilizado por ato de improbidade, excluindo-se, em consequência, qualquer imputação na esfera administrativa ou criminal.</p> <p>(C) somente poderá ser responsabilizado por ato de improbidade se houver prejuízo comprovado ao erário público.</p> <p>(D) poderá ser responsabilizado por ato de improbidade, independentemente da comprovação de prejuízo ao erário.</p> <p>(E) deverá ser responsabilizado na área cível, indenizando o prejuízo causado, o que absorve qualquer infração na esfera de improbidade.</p>	<p>41. Ricardo tem 15 anos e adquiriu um televisor. O negócio é</p> <p>(A) anulável, convalidando-se dois anos depois de praticado.</p> <p>(B) anulável, convalidando-se quatro anos depois de praticado.</p> <p>(C) nulo, devendo ser invalidado de ofício pelo Juiz.</p> <p>(D) válido, gerando plenos efeitos.</p> <p>(E) nulo, mas podendo ser invalidado apenas a requerimento das partes ou do Ministério Público.</p>
<p>39. A criação de pessoas jurídicas para composição e estruturação da Administração indireta é uma opção de organização administrativa de competência do Poder Executivo. Para tanto, pode se valer de propostas de edição de lei para criação de determinados entes ou para autorização da instituição na forma prevista na legislação. A efetiva criação desses entes</p> <p>(A) acarreta dissociação de qualquer vínculo ou relação jurídica com o Executivo, na medida em que possuem personalidade jurídica própria.</p> <p>(B) não afasta o vínculo hierárquico com a Administração pública central, na medida em que integram a estrutura do Poder Executivo.</p> <p>(C) é expressão do modelo de descentralização, mantendo a Administração pública central apenas o controle finalístico sobre aqueles, expressão do poder de tutela.</p> <p>(D) acarreta a derrogação do regime jurídico de direito público e aplicação do direito privado, o que confere maior celeridade à Administração pública.</p> <p>(E) consubstancia-se em desconcentração, na medida em que não possuem personalidade jurídica própria.</p>	<p>42. José sofreu acidente automobilístico em janeiro de 2010, vindo a sofrer danos materiais. Em janeiro de 2011, faleceu de causas naturais. Em fevereiro de 2013, seus herdeiros, maiores e capazes, ajuizaram ação contra o causador do dano buscando indenização pelos prejuízos decorrentes do acidente. A pretensão</p> <p>(A) não está prescrita, pois não transcorreu o prazo de 10 anos entre a data do acidente e do ajuizamento da ação.</p> <p>(B) não está prescrita, pois não transcorreu o prazo de 5 anos entre a data do acidente e do ajuizamento da ação.</p> <p>(C) não está prescrita, pois a morte interrompe a prescrição.</p> <p>(D) está prescrita, pois a prescrição iniciada contra José continuou a correr contra seus herdeiros.</p> <p>(E) foi acobertada pela decadência, cujo prazo continuou a transcorrer depois da morte de José.</p>
<p>40. Determinado ente público celebrou regular contrato de obra pública com base na Lei nº 8.666/1993. Durante a execução dos trabalhos, foi determinada a suspensão judicial da obra, em razão de supostos problemas de ordem orçamentária, em ação ajuizada em face do Poder Público, ocasionando relevante atraso de aproximadamente 12 (doze) meses no cronograma. Considerando-se que a Administração não suspendeu a execução do contrato durante a vigência da liminar, à contratada</p> <p>(A) assiste direito à rescisão administrativa unilateral do contrato.</p> <p>(B) cabe aguardar a reversão da decisão, tendo em vista que se trata de ordem judicial e o interesse público prevalece sobre o interesse do particular.</p> <p>(C) assiste direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, pelos prejuízos comprovados, tendo em vista que não deu causa à suspensão judicial.</p> <p>(D) cabe exigir o regular pagamento e transcurso do prazo contratual, independentemente de medições parciais ou da conclusão da obra.</p> <p>(E) resta a via judicial para obstar a decisão que determinou a suspensão das obras e, somente se não lograr sucesso, poderá exigir perdas e danos.</p>	<p>43. Caio, menor impúbere, sob autoridade e companhia de Roberto, foi atingido por um veículo desgovernado enquanto andava de bicicleta. Com o impacto, foi lançado sobre um ponto de ônibus, atingindo Maria, que sofreu lesões corporais. Caio sobreviveu ao acidente. Em razão dos danos que experimentou, Maria ajuizou ação contra Roberto, que no caso concreto</p> <p>(A) possui responsabilidade objetiva, porque Caio estava sob sua autoridade e companhia.</p> <p>(B) não possui responsabilidade, pois Caio não praticou o ato causador de dano.</p> <p>(C) possui responsabilidade subjetiva, havendo presunção de culpa de Roberto porque Caio estava sob sua autoridade e companhia.</p> <p>(D) somente possuirá responsabilidade se os bens de Caio forem insuficientes para compensar Maria.</p> <p>(E) possui responsabilidade subjetiva, cabendo a Maria provar culpa de Roberto pela falha na vigilância de Caio.</p>



44. Considere as proposições a respeito da hipoteca:
- I. Os bens de uso comum do povo podem ser objeto de hipoteca.
 - II. É nula a cláusula que confere ao credor hipotecário o direito de ficar com o bem dado em garantia na hipótese de a dívida não ser paga no vencimento.
 - III. Podem ser objeto de hipoteca os acessórios dos imóveis, conjuntamente com eles.
 - IV. Apenas em favor do mesmo credor pode o dono do imóvel hipotecado constituir outra garantia sobre o bem.
- De acordo com o Código Civil, está correto o que se afirma em
- (A) II e III, apenas.
 - (B) I, II, III e IV.
 - (C) II, III e IV, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II e IV, apenas.

45. Donizete acordou com Rafael, por escrito, que se absteria de impedir o curso de um pequeno riacho, a fim de evitar o desabastecimento de água em sua fazenda. Não obstante, Donizete construiu uma barragem no referido riacho, represando a água em sua propriedade e causando desabastecimento na de Rafael. Sob urgência, Rafael poderá
- (A) desfazer ou mandar desfazer a barragem, independentemente de autorização judicial, porém às suas expensas, não podendo requerer ressarcimento pelos gastos com o desfazimento do ato.
 - (B) requerer, necessariamente em juízo, o desfazimento da barragem, cabendo a Donizete os custos com o desfazimento do ato.
 - (C) requerer, necessariamente em juízo, o desfazimento da barragem, cabendo a Rafael os custos com o desfazimento do ato.
 - (D) postular indenização por perdas e danos, mas não o desfazimento do ato.
 - (E) desfazer ou mandar desfazer a barragem, independentemente de autorização judicial, além de requerer ressarcimento pelos gastos com o desfazimento do ato.

Direito Processual Civil

46. Em relação à conduta processual do juiz
- (A) cabe-lhe decidir a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte.
 - (B) poderá ele decidir por equidade toda vez que se convença de que tal critério deva ser utilizado, para fazer melhor justiça.
 - (C) apreciará a prova de acordo com a hierarquia legal de importância de cada uma delas, ficando adstrito a tal critério.
 - (D) somente se não houver lei, nem analogia ou costumes aplicáveis para o caso concreto, é que poderá deixar de julgá-lo.
 - (E) só determinará as provas necessárias à instrução do processo quando for instado a isso por requerimento da parte interessada.

47. Quanto às medidas cautelares, é correto afirmar que
- (A) não admitem elas a produção de provas, pois a fumaça do bom direito deve ser aferida de imediato.
 - (B) por sua própria natureza, é regra geral que o juiz as determine sem audiência das partes.
 - (C) por se tratar de juízo provisório sobre os fatos, sobre elas não incide nenhum dos efeitos da revelia processual.
 - (D) serão requeridas ao juiz da causa, mas se interposto recurso serão requeridas, em regra, diretamente ao Tribunal.
 - (E) são sempre preparatórias ao processo principal, dado seu caráter de acessoriedade.

48. Em relação à substituição das partes e dos procuradores, é correto afirmar que
- (A) a sentença que se proferir entre as partes originárias não estenderá seus efeitos ao adquirente ou ao cessionário.
 - (B) a alienação da coisa ou do direito litigioso, a título particular, por ato entre vivos, não altera a legitimidade das partes.
 - (C) ocorrendo a morte de qualquer das partes, em regra, extinguir-se-á o processo sem resolução do mérito.
 - (D) a parte, que revogar o mandato outorgado ao seu advogado, deverá requerer prazo ao juiz para constituir outro em até trinta dias, determinada a suspensão do processo.
 - (E) o advogado poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo, cessando suas obrigações para com o mandante em 72 horas.

49. Considere as assertivas quanto à resposta do réu:
- I. O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao advogado dativo, ao curador especial e ao órgão do Ministério Público.
 - II. Após a contestação, só é lícito deduzir novas alegações em relação a matéria de ordem pública, suscetível de arguição a qualquer tempo.
 - III. Cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, presumindo-se verdadeiros os fatos não impugnados, salvo, entre outras razões, se estiverem em contradição com a defesa, considerada em seu conjunto.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e III.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) II.
 - (E) III.



50. No tocante aos embargos do devedor, é INCORRETO afirmar:

- (A) Quando o efeito suspensivo atribuído aos embargos disser respeito apenas a parte do objeto da execução, esta prosseguirá quanto à parte restante.
- (B) A decisão relativa aos efeitos dos embargos poderá, a requerimento da parte, ser modificada ou revogada a qualquer tempo, em decisão fundamentada, cessando as circunstâncias que a motivaram.
- (C) Os embargos do devedor não terão efeito suspensivo, salvo apenas se disserem respeito a excesso de execução e estiverem garantidos por meio de caução idônea ou penhora suficiente.
- (D) A concessão de efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante.
- (E) Quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento.

Direito Penal

51. O crime de falsificação do selo ou sinal público

- (A) abrange a falsificação de selo postal ou estampilha destinados à arrecadação de impostos ou taxas.
- (B) admite a modalidade culposa.
- (C) tem a mesma pena seja se cometido por funcionário público prevalecendo-se do cargo, seja se praticado por qualquer pessoa.
- (D) a pena é de detenção.
- (E) a pena é aplicada àquele que altera, falsifica ou faz uso indevido de marcas, logotipos, siglas ou quaisquer outros símbolos utilizados por órgãos da Administração pública.

52. O funcionário público que se apropria de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio, comete crime de

- (A) inserção de dados falsos em sistema de informações.
- (B) peculato.
- (C) concussão.
- (D) prevaricação.
- (E) emprego irregular de verbas ou rendas públicas.

53. Com relação aos crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, é correto afirmar:

- (A) Para o ocorrência do crime de advocacia administrativa é necessário que haja o patrocínio direto do interesse privado perante a Administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- (B) Aquele que comete o crime de violência arbitrária não responde pelo crime correspondente à violência física, ou seja, pelas lesões corporais.
- (C) Comete crime de abandono de função também aquele que abandona função em empresa particular prestadora de serviços de limpeza em órgão público.
- (D) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração pública.
- (E) Não comete crime de exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado aquele que continua a exercê-lo depois de saber oficialmente que foi removido, mas apenas se exonerado, substituído ou suspenso.

54. Considere o artigo 320 – Crime de Condescendência Criminosa – Código Penal.

Art. 320 – o funcionário, por , de responsabilizar que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte , não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente.

Completa correta e respectivamente as lacunas:

- (A) Permitir; negligência; chefe; experiência
- (B) Deixar; indulgência; subordinado; competência
- (C) Ajudar; indulgência; funcionário; competência
- (D) Permitir; imprudência; funcionário; competência
- (E) Deixar; imprudência; subordinado; experiência

55. Com relação à exclusão de ilicitude é correto afirmar:

- (A) Há crime quando o agente pratica o fato em exclusão de ilicitude, havendo, no entanto, redução da pena.
- (B) Considera-se em estado de necessidade quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.
- (C) Considera-se em legítima defesa quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.
- (D) Pode alegar estado de necessidade mesmo quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo.
- (E) Ainda que o agente haja em caso de exclusão de ilicitude, este responderá pelo excesso doloso ou culposo.

Direito Processual Penal

56. Em relação à aplicação da lei processual penal no tempo, é correto afirmar:

- (A) Aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- (B) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (C) O processo penal reger-se-á, em todo o território brasileiro, pelo Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689/1941).
- (D) A lei processual penal excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao processo iniciado durante sua vigência.
- (E) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.



57. Nas ações penais de iniciativa privada,
- (A) salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de representação se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.
 - (B) o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia da prática do crime.
 - (C) salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime.
 - (D) o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de representação se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia da prática do crime.
 - (E) a iniciativa será sempre do Ministério Público, pois é titular constitucional da ação penal.

58. O Código de Processo Penal, como regra, determina a competência pelo

- (A) domicílio ou residência do réu.
- (B) lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- (C) critério adotado pelas leis de organização judiciária, salvo a competência privativa do Tribunal do Júri.
- (D) critério da prevenção e distribuição independentemente do *iter criminis* percorrido pelo agente.
- (E) lugar em que foi praticada a infração penal.

59. O intérprete não poderá atuar na ação penal em que

- (A) o juiz tiver conhecimento do idioma do acusado.
- (B) tiver funcionado como intérprete durante a lavratura do auto de prisão em flagrante delito.
- (C) a parte não concordar com a sua nomeação.
- (D) o Ministério Público não for ouvido sobre a sua nomeação.
- (E) tiver prestado depoimento no processo.

60. A sentença penal será publicada

- (A) quando não houver sido decretado sigilo ou segredo de justiça.
- (B) em mão do escrivão, que a encaminhará para a imprensa oficial ou para jornal de grande circulação, registrando-a em livro especialmente destinado a esse fim.
- (C) somente pelo juiz que a prolatou, devendo o escrivão dar cumprimento à decisão.
- (D) em mão do escrivão, que lavrará nos autos o respectivo termo, registrando-a em livro especialmente destinado a esse fim.
- (E) após o trânsito em julgado em face do princípio da presunção da inocência.